

A BÍBLIA DESVENDADA
O LIVRO DA HUMANIDADE

A BÍBLIA DESVENDADA

O Livro da Humanidade

Afonso Meneses
Brasília - 2024

QUE JULGAMENTO VOCÊ FAZ DA BÍBLIA?

Você pode até pensar que não julga a Bíblia, porque no último dia é a Bíblia que vai julgar você. Pois saiba que para julgar a Bíblia você precisa apenas ser da verdade. " ... Todos os que são da verdade me ouvem". (Jo 18:37)

Para tirar proveito da leitura do livro *A Bíblia Desvendada – o Livro da Humanidade*, você precisa considerar que quase tudo o que os judeus dizem ser Lei de Deus, Jesus afirma ser fermento: “Temos uma lei e, de acordo com essa lei, ele deve morrer, porque se declarou Filho de Deus. Ao ouvir isso, Pilatos ficou ainda mais amedrontado” (Jo 19:7-8). Você percebeu que Pilatos temia a Deus e os judeus que estavam naquele tribunal não temiam? Pois saiba que a Lei de Deus são os Dez Mandamentos ou a Aliança de Deus com todos os seres humanos.

Semelhantemente, quase tudo o que pregadores, teólogos e escritores cristãos paulinos consideram verdade é mentira: “Isso tudo se verá no dia em que Deus julgar os segredos dos homens, por meio de Jesus Cristo, conforme o meu evangelho o declara”. (Rm 2:16), porque o Evangelho de Jesus Cristo é o Evangelho de Jesus Cristo e não as cartas de Paulo.

O livro trata da definição do que é a Lei de Deus e do que é o Evangelho.

Sumário

RESUMO GERAL DO LIVRO.....	5
1. Lógica Matemática e Cronológica.....	5
2. Contextualização Política do Experimento de Agripina.....	5
3. Verificação de Incoerências Logísticas.....	6
4. Crítica à Historiografia Tradicional.....	6
A PROFECIA DO FIM DO MUNDO, E OS ESPÍRITOS DE JESUS E DO SER HUMANO.....	7
1. A Única Profecia de Apocalipse (Ap 6:12-16).....	7
2. Definição do Espírito de Jesus Cristo.....	8
3. O Espírito Humano como Anjo (Ap 5:11-12).....	8
A SOLIDARIEDADE CRISTÃ.....	8
O EXPERIMENTO DE AGRIPINA.....	9
O PAPEL DO FILÓSOFO ESTOICO SÊNECA.....	10
A RELIGIÃO CÍVICA E O CONTROLE SOCIAL.....	11
1. Instituição da Obediência ao Príncipe.....	11
2. Neutralização da Solidariedade Econômica.....	12
3. Desarticulação da Identidade Judaica.....	12
4. Gestão da Plebe (Pagani).....	12
A LÓGICA POR TRÁS DOS 16 PERÍODOS DE DANIEL.....	12
1. A Unidade de Medida: O Período de 350 Anos.....	13
2. O Cálculo do Tempo Bíblico Total.....	13
3. Simetria e Marcos Históricos.....	13
4. Distribuição dos Períodos.....	13
A CONEXÃO ENTRE O ANO 2695 E A GENEALOGIA DE LUCAS.....	14
1. O Cálculo das Gerações.....	14
2. O Tempo de Lucas (2695 a.C.).....	14
3. A Simetria e a Consumação dos Séculos (2695 d.C.).....	14
O IMPÉRIO ROMANO É MESTRE EM INTRIGAS.....	15
1. Lógica da Causalidade Política e Econômica.....	15
2. Análise de Estruturas Administrativas e Jurídicas.....	15
3. Historiografia de Intrigas: Mestre em Intrigas.....	15
4. Simetria Cronológica.....	16
5. Crítica à Historiografia Eclesiástica.....	16
A PERSEGUIÇÃO AOS CRISTÃOS.....	16
1. A Perseguição de Nero como Teste de Fidelidade à <i>Paz de Cristo</i> (64 d.C.).....	16
2. Distinção entre Elite e Pagani (O Povo Comum).....	17
3. A Perseguição de Décio (249-251 d.C.).....	17
4. A Grande Perseguição e o Papel do Império (303-311 d.C.).....	17
5. Os 40 Anos de Repouso (260-303 d.C.).....	18
CONCLUSÃO.....	18
1. A Autoria Intelectual de Sêneca e a Lógica Estoica.....	18
2. Neutralização da Lei e do Evangelho.....	18
3. A Identidade Profética das Bestas.....	19
4. O Juízo e a Reforma no Século XXI.....	19
SOBRE O AUTOR.....	19
📺 NOSSOS CANAIS DE CONTEÚDO.....	20
✉️ CONTATO E PARCERIAS.....	20

RESUMO GERAL DO LIVRO

O autor Afonso Meneses propõe em sua obra uma análise que busca se distanciar da historiografia eclesiástica tradicional, a qual ele rotula como paulina e tendenciosa, para aplicar o que define como **método histórico-lógico**. Esse método, consiste em estudar personagens, fatos e contextos históricos para extrair conclusões lógicas que revelem a verdade oculta nas Escrituras.

Abaixo, verifica-se como o livro aplica esse método:

1. Lógica Matemática e Cronológica

O livro utiliza a matemática como uma ferramenta de verificação lógica da origem divina e da simetria da Bíblia.

O Tempo de Lucas: O autor estabelece que, logicamente, uma geração corresponde a 35 anos. Ao multiplicar as 77 gerações de Adão a Jesus citadas no Evangelho de Jesus Cristo segundo Lucas, ele obtém 2695 anos, definindo o Tempo de Lucas como o marco da criação da escrita e da própria Bíblia.

Períodos de Daniel: A obra propõe que o Tempo Bíblico total é de 5600 anos, dividido em 16 períodos de 350 anos, que corresponde a "um tempo, tempos e meio tempo", o que criaria uma simetria perfeita entre o passado mítico e o futuro profético.

Consumação dos Séculos: Utilizando os números de Daniel (1290 e 1335 dias/anos) somados ao ano 70 d.C., o autor chega logicamente ao ano de 2695 d.C. como a data da consumação dos séculos; que corresponde ao Tempo de Lucas; aí está a principal simetria.

2. Contextualização Política do Experimento de Agripina

O livro busca uma causa histórica lógica para a edição da Bíblia, descartando a interpretação teológica tradicional.

Motivação Romana: O autor argumenta que o cristianismo original, *cristianismo petrino ou judaico* era solidário e representava uma ameaça econômica e social ao Império Romano.

Ação de Sêneca: Logicamente, para o autor, o Império não poderia exterminar todos os cristãos, então Sêneca, sob ordens de Agripina, teria criado o Cristianismo Paulino como uma religião cívica para neutralizar o *cristianismo petrino ou judaico*, que surgiu no Dia de Pentecostes.

Neutralização da Lei: O **método histórico-lógico** do autor identifica as cartas de Paulo como instrumentos para revogar a Lei de Moisés e as boas obras, servindo aos interesses de controle social de Roma.

3. Verificação de Incoerências Logísticas

O autor aplica a lógica sobre os relatos de viagens no livro de Atos dos Apóstolos para questionar sua veracidade original.

Impossibilidade Física: Ele aponta que Paulo teria percorrido distâncias imensas, como 4500 km em 9 meses, fundando igrejas e enfrentando prisões, o que seria logisticamente impossível para um cidadão comum da época.

Missão de Inteligência: A conclusão lógica do livro é que esses relatos descrevem, na verdade, uma missão diplomática e de inteligência de Sêneca para mapear a presença cristã no Império entre os anos 50 e 57 d.C.

4. Crítica à Historiografia Tradicional

Ao desconsiderar a historiografia eclesiástica, como a de Eusébio de Cesareia, o autor alega que: A História da Igreja oficial só conta a versão da elite, ignorando os 95% da população *pagani* que praticavam o *cristianismo petrino ou judaico*.

A tradição de que Pedro e Paulo morreram em 67 d.C. é vista como uma invenção para silenciar o testemunho ocular de Pedro contra as edições de Sêneca.

Conclusão: O livro está de acordo com um **método histórico-lógico** próprio, que prioriza a consistência interna de um sistema numérico e a busca por causas políticas pragmáticas, o controle estatal romano, em detrimento da tradição teológica. Ele utiliza a verossimilhança histórica para tentar provar que a estrutura atual de parte do Novo Testamento é fruto de uma construção intelectual de Sêneca e não de revelações divinas a Paulo, conforme tradicionalmente aceito.

NEWTON, O ANO 2060, E AS TRANSFORMAÇÕES ESPIRITUAIS

De acordo com o autor, Isaac Newton calculou o ano de 2060 para as grandes transformações espirituais através de um estudo intenso de mais de 50 anos dedicado aos textos bíblicos e patrísticos, especialmente aos livros de Daniel e Apocalipse.

A lógica utilizada por Newton para esse cálculo envolveu os seguintes pontos:

Interpretação de Daniel: Newton escreveu uma famosa carta onde interpretava as profecias do livro de Daniel para sugerir que essas transformações ocorreriam em 2060. Ele acreditava que, a partir desse ano, haveria o colapso de instituições religiosas corrompidas e o início de uma nova era de paz e restauração da fé cristã.

Padrões Matemáticos: O cientista buscava padrões matemáticos nos textos bíblicos para decifrar cronologias. Ele via a ciência e a teologia como buscas complementares por conhecimento, tratando as leis da natureza como expressão da vontade divina.

Identificação de Reinos: Newton realizou pesquisas exaustivas sobre milênios, séculos, anos e dias, tentando identificar os reinos representados pelos chifres no livro de Daniel.

Limitações do Cálculo: O autor do livro observa que Newton não conseguiu desvendar completamente as profecias porque o livro de Daniel estaria selado e lacrado até o tempo do fim. Além disso, Newton foi prejudicado por traduções imprecisas da Bíblia da sua época, o que o levou a calcular a data da reconsagração do santuário com alguma imprecisão, confundindo-a com o fim do mundo, que ele previu para não antes de 2374.

Para o autor, embora Newton não tivesse acesso ao código de 350 anos, o Período de Daniel, que ele propõe, o cientista acertou em cheio ao apontar o século XXI como o marco para uma reforma religiosa profunda e o desvendamento das Escrituras.

A PROFECIA DO FIM DO MUNDO, E OS ESPÍRITOS DE JESUS E DO SER HUMANO

O autor trata o desvendamento do livro de Apocalipse como a remoção de edições feitas por Sêneca para revelar uma mensagem lógica e científica sobre o destino da humanidade.

Abaixo, os detalhes apresentados pelo autor:

1. A Única Profecia de Apocalipse (Ap 6:12-16)

Para o autor, o livro de Apocalipse não é uma coleção de profecias, mas contém apenas uma única profecia real: a do fim do mundo presente no capítulo 6. Sua interpretação une ciência e revelação divina:

Colapso Ambiental e Geológico: O autor interpreta os versículos 12 a 16 como a descrição de um fenômeno cíclico de aquecimento global e efeito estufa.

O Céu como Pergaminho: Ele associa o céu que se recolhe a um cilindro de nuvens densas que provocará chuvas torrenciais em todo o planeta, inclusive nos polos.

Terremotos e Elevação do Mar: O derretimento das calotas polares elevaria o nível dos oceanos em cerca de 70 metros, causando um desequilíbrio de massas que faria as placas tectônicas colapsarem, gerando os grandes terremotos e o deslocamento de montanhas citados no texto.

Estrelas Caindo: É interpretado logicamente como uma precipitação severa de granizo decorrente das variações climáticas extremas.

A Elite nas Cavernas: Representa o desespero dos reis e poderosos ao perceberem que o colapso é inevitável e que as soluções tecnológicas, representadas pelo automóvel, na visão do autor, já não surtem efeito.

2. Definição do Espírito de Jesus Cristo

O autor fundamenta sua teologia no Credo de Niceia (325 d.C.), rejeitando a visão trinitária de três pessoas distintas.

Porção do Espírito Santo: O Espírito de Jesus Cristo é definido como a atribuição de uma porção do Espírito Santo, a essência de Deus, a um Ser Humano. Jesus não teria tido vida autônoma em relação ao Pai.

Entrega do Espírito: Ao morrer e bradar nas tuas mãos entrego o meu espírito, Jesus teria devolvido essa porção atribuída ao Pai, voltando a ser Um com a essência de Deus.

Ressurreição Espiritual: O autor defende que Jesus não ressuscitou em carne e osso, mas em espírito, manifestando-se por meio de teofanias, corpo transformado por anjos para ser percebido pelos sentidos humanos.

3. O Espírito Humano como Anjo (Ap 5:11-12)

Uma tese central da obra é que o espírito humano é um anjo ainda não glorificado.

Identidade Espiritual: Citando as palavras de Jesus sobre as crianças (Mt 18:10) e a ressurreição (Lc 20:34-36), o autor argumenta que os seres humanos considerados dignos “serão como os anjos” e são filhos da ressurreição do espírito.

Visão de (Ap 5:11-12): O autor interpreta a "voz de muitos anjos, milhares de milhares e milhões de milhões" ao redor do trono como a visão do Céu povoado pelas almas e espíritos de seres humanos que foram resgatados por Jesus no Seio de Abraão e levados à presença de Deus.

Anjos que se identificam como Servos: O autor destaca que, em (Ap 19:10; 22:8-9), o anjo se recusa a ser adorado, afirmando ser conservo de João e dos profetas. Isso provaria que este anjo é, na verdade, um espírito humano já glorificado.

Riqueza, Sabedoria e Força: O autor nota que no louvor dos anjos glorificados (Ap 5:12) incluem-se "riqueza, sabedoria e força", atributos que os seres humanos na Terra, anjos não glorificados, não devem buscar para si, pois pertencem apenas a Deus.

A SOLIDARIEDADE CRISTÃ

O autor estabelece uma relação direta entre a solidariedade cristã e as perseguições movidas pelo Império Romano, tratando a prática da solidariedade e das boas obras como uma ameaça econômica e social ao Império Romano.

De acordo com a obra, essa relação se desenrola da seguinte forma:

A Solidariedade como Ameaça Existencial: O *cristianismo petrino ou judaico* era uma religião essencialmente solidária que praticava a partilha integral de bens. As autoridades romanas,

especificamente Agripina Augusta, temiam que esse estilo de vida levasse a um colapso econômico, associando-o ao caos social do Século de Sangue (133-30 a.C.), iniciado por tentativas de reforma agrária.

O Experimento de Agripina: Para neutralizar essa ameaça sem precisar exterminar toda a população, que já estava repleta de cristãos em 49 d.C., Agripina e Sêneca criaram o Cristianismo Paulino como uma religião cívica. O objetivo era substituir o foco nas boas obras, que é a solidariedade, pela submissão ao Imperador e pela justificação apenas pela fé, removendo o perigo social do *cristianismo petrino ou judaico*.

A Perseguição de 64 d.C. como Teste: O autor afirma que Nero provocou o incêndio de Roma para testar se os cristãos eram realmente pacíficos, como ensinava o Evangelho de Jesus Cristo segundo Lucas. Ao serem queimados vivos e não se revoltarem contra as autoridades romanas nem se aliarem aos rebeldes judeus, zelotes, os cristãos foram aprovados no teste de fidelidade à *Paz de Cristo*.

Diferenciação na Repressão: Após esse teste, o Império mudou sua estratégia:

Aos Cristãos: Passaram a ser tolerados de forma indiferente do ponto de vista físico, mas seriam neutralizados ideologicamente através das cartas de Paulo, que repudiavam a Lei de Moisés e as obras solidárias.

Aos Judeus: Foram alvo de repressão militar brutal a partir de 66 d.C., sendo acusados por Roma de terem dado origem ao movimento dos cristãos solidários, que é o *cristianismo petrino ou judaico*. A destruição do Templo e da Judeia em 70 e 135 d.C. é vista pelo autor como a punição final por terem dado origem a cristãos solidários.

Em resumo, o autor defende que a perseguição física dos judeus foi usada para filtrar os pacíficos dos revoltosos, enquanto a criação do sistema paulino serviu para erradicar a solidariedade econômica que a elite romana considerava subversiva.

O EXPERIMENTO DE AGRIPINA

O experimento de Agripina é definido na obra como um plano político-religioso articulado por Agripina Augusta e pelo filósofo Sêneca para neutralizar o *cristianismo petrino ou judaico*, que era visto como uma ameaça econômica e social ao Império Romano devido ao seu caráter solidário. De acordo com o livro, os principais aspectos desse experimento são:

Motivação e Temor Romano: No ano 49 d.C., Agripina percebeu que o cristianismo, ainda visto como uma seita judaica, crescia rapidamente em Roma e pregava a solidariedade. As autoridades romanas temiam que esse estilo de vida levasse ao colapso econômico do Império, associando-o ao

caos social vivido no século I a.C. durante as tentativas de reforma agrária, o chamado Século de Sangue.

O Papel de Sêneca: Agripina trouxe o filósofo Sêneca do exílio para ser preceptor de Nero, mas o encarregou primordialmente de resolver o problema cristão. Sêneca, como pretor em 50 d.C., usou o aparato estatal para investigar as comunidades cristãs e capturar seus escritos originais, como a Escritura Judaica, o Evangelho de Lucas e cartas escritas por Paulo às comunidades cristãs.

Criação do Cristianismo Paulino: Sêneca teria coordenado um grupo de trabalho composto por rabinos herodianos e filósofos estoicos para editar a Bíblia. O objetivo era criar uma religião cívica que substituisse o *cristianismo petrino ou judaico*. Para isso, escreveram as cartas de Paulo, transformando-o em um herói que assumiria a autoria da expansão cristã, roubando de Jesus a responsabilidade pelo fenômeno ocorrido no Dia de Pentecostes.

Neutralização da Lei e das Obras: O experimento visava calar Moisés e Jesus Cristo, atribuindo à Lei de Deus, os Dez Mandamentos, a fonte e a força do pecado e substituindo o Evangelho de Jesus Cristo pelas cartas de Paulo. A nova doutrina paulina focava na obediência ao príncipe, que é o Imperador, e na justificação apenas pela fé, descartando a necessidade de boas obras e de uma relação mística com Deus, o que atendia aos interesses de controle social de Roma.

O Teste do Incêndio de 64 d.C.: Como parte do experimento, Nero teria provocado o incêndio de Roma para testar se os cristãos eram realmente pacíficos, como ensinava o Evangelho de Jesus Cristo segundo Lucas. Como eles não se revoltaram, as autoridades decidiram que poderiam ser tolerados e conduzidos por líderes que aceitassem a ortodoxia paulina, editada por Sêneca, enquanto os judeus seriam duramente reprimidos.

Em resumo, o experimento foi a estratégia de Roma para transformar um movimento revolucionário e solidário em uma religião de Estado submissa, culminando na distribuição das cartas de Paulo a partir do ano 70 d.C. para consolidar esse controle ideológico.

O PAPEL DO FILÓSOFO ESTOICO SÊNECA

De acordo com a obra, o filósofo Sêneca desempenhou o papel de arquiteto e coordenador do projeto que criou o Cristianismo Paulino, sob as ordens de Agripina Augusta. Seu objetivo central era transformar um movimento revolucionário e solidário, o *cristianismo petrino ou judaico* em uma religião cívica submissa ao Império Romano.

Os principais aspectos do papel de Sêneca descritos no livro são:

Investigação e Captura de Textos: No ano 50 d.C., ao assumir o cargo de pretor, Sêneca usou a infraestrutura do Império para investigar os cristãos e capturou seus escritos originais, como as Escrituras Judaicas e o Evangelho de Jesus Cristo segundo Lucas.

Coordenação da Edição Bíblica: Sêneca liderou um grupo de trabalho composto por rabinos herodianos e filósofos estoicos para editar a Bíblia. Este grupo produziu as cartas de Paulo e acrescentou mais da metade do livro de Atos, a partir de 13:1 e do livro de Apocalipse.

Criação do Herói Paulo: O objetivo da edição era atribuir a Paulo a autoria da expansão cristã em todo o Império, roubando de Jesus e do Poder de Deus o fenômeno ocorrido no Dia de Pentecostes.

Neutralização da Lei e da Solidariedade: Sêneca introduziu doutrinas para calar Moisés e Jesus, substituindo a obediência aos Dez Mandamentos pela obediência ao príncipe, que é o Imperador. As cartas de Paulo foram escritas para rotular a Lei como fonte e força do pecado e repudiar as boas obras, que eram vistas por Roma como uma ameaça econômica devido ao seu caráter solidário.

Aplicação da Lógica Estoica e Retórica: O autor argumenta que as cartas de Paulo não foram escritas pelo Paulo histórico, mas por Sêneca, pois seguem a lógica estoica e utilizam uma retórica persuasiva e bajulatória típica do filósofo.

Validação por Correspondência Fictícia: Sêneca teria produzido as 14 cartas da correspondência entre Sêneca e Paulo para convencer os futuros líderes cristãos de que a doutrina paulina era legítima e aprovada pelas autoridades romanas.

Em suma, a obra apresenta Sêneca como o mentor intelectual de uma grande abominação que ocupou o lugar do verdadeiro Evangelho para servir aos interesses de controle social e sobrevivência do Império Romano.

A RELIGIÃO CÍVICA E O CONTROLE SOCIAL

De acordo com a obra, as cartas de Paulo foram concebidas e utilizadas pelo Império Romano como um instrumento de controle social através da criação de uma religião cívica. O objetivo era neutralizar o *cristianismo petrino ou judaico*, que era visto como uma ameaça econômica e social devido ao seu caráter solidário e à sua recusa em prestar culto ao Imperador. As cartas foram usadas para o controle social das seguintes formas:

1. Instituição da Obediência ao Príncipe

A principal ferramenta de controle nas cartas é a doutrina da submissão às autoridades governamentais. O autor cita (Rm 13:1-7) como a base dessa constituição cívica, onde se ensina que toda autoridade vem de Deus e que rebelar-se contra o governante é rebelar-se contra o próprio

Deus. Isso transformou a fonte da moral: ela deixou de vir da Aliança com Deus, que são os Dez Mandamentos e passou a emanar do príncipe, que é o Imperador.

2. Neutralização da Solidariedade Econômica

O Império Romano temia que o estilo de vida solidário dos primeiros cristãos, como o compartilhamento de bens descrita em Atos, levasse a um colapso econômico semelhante ao ocorrido no Século de Sangue da República Romana. As cartas de Paulo foram usadas para:

Repudiar as boas obras: Ao ensinar a justificação apenas pela fé, as cartas desestimulavam a prática da solidariedade coletiva que ameaçava o sistema de latifúndios e escravidão.

Inverter valores sociais: O autor define os mandamentos de Paulo como instruções para buscar a influência dos sábios, ricos e poderosos, integrando os fiéis à hierarquia social romana em vez de desafiá-la, pregando a moral e a ética.

3. Desarticulação da Identidade Judaica

O controle social também visava separar os cristãos dos judeus para evitar revoltas conjuntas. Sêneca, coordenando rabinos herodianos e filósofos estoicos, teria editado as cartas para:

Rotular a Lei de Moisés como fonte e força do pecado: Ao ensinar que a força do pecado é a Lei, as cartas enfraqueceram o vínculo dos cristãos com as raízes judaicas e sua resistência mística ao Império Romano.

Substituir o Evangelho: As cartas foram distribuídas por *evangelistas de Sêneca*, que eram agentes do Senado, para convencer os líderes cristãos de que a doutrina paulina era a única verdade absoluta, silenciando o testemunho dos verdadeiros apóstolos.

4. Gestão da Plebe (*Pagani*)

O Império utilizou o Cristianismo Paulino para gerir a classe dos *pagani*, que representavam 95% da população, transformando um movimento revolucionário, pela moral e pela ética, que oferecia a outra face diante da crueldade das autoridades romanas. Essa tolerância indiferente permitiu que o Império Romano mantivesse a ordem interna enquanto focava na repressão militar aos judeus que viessem a se rebelar, o que não aconteceu.

Em suma, as cartas de Paulo funcionaram como material de doutrinação ideológica que justificavam o poder absoluto do Imperador e desarmavam moralmente qualquer resistência social baseada na justiça e na solidariedade.

A LÓGICA POR TRÁS DOS 16 PERÍODOS DE DANIEL

A lógica por trás dos dezesseis períodos de Daniel reside na interpretação matemática de códigos proféticos para estruturar o que o autor define como Tempo Bíblico, uma cronologia de

5600 anos que abrange a história da humanidade desde a criação mítica até a consumação dos séculos.

Abaixo estão os pilares lógicos dessa estrutura:

1. A Unidade de Medida: O Período de 350 Anos

O autor estabelece que a expressão bíblica "um tempo, tempos e meio tempo", presente em (Daniel 7:25) corresponde logicamente a 350 anos.

Essa interpretação é reforçada pela genealogia de Lucas, onde o autor calcula que uma geração bíblica equivale a 35 anos. Multiplicando 35 anos por 10, um número simbólico de ciclos, obtém-se o período de 350 anos.

O autor denomina esse intervalo de 350 anos como um Período de Daniel, funcionando como um código para identificar marcos históricos relevantes.

2. O Cálculo do Tempo Bíblico Total

O Tempo Bíblico total é definido como 5600 anos. Essa cifra é obtida ao dividir a história em dois blocos de 2800 anos, centrados no nascimento de Jesus.

Ao dividir os 5600 anos pela unidade de 350 anos, "um tempo, tempos e meio tempo", resultam exatamente 16 períodos.

3. Simetria e Marcos Históricos

A lógica do autor busca provar a arquitetura divina da história através da simetria. Os períodos não são meras datas, mas transições marcadas por eventos cruciais para o povo santo e a civilização. Por exemplo:

Surgimento de Israel: Ocorre por volta de 1400 a.C., exatamente no meio do Tempo de Lucas, os 2800 anos antes de Cristo.

Queda do Império Romano: Ocorre por volta de 1400 d.C., queda de Constantinopla em 1453, espelhando simetricamente o surgimento da nação de Israel.

4. Distribuição dos Períodos

Os dezesseis períodos são organizados cronologicamente para alinhar o mito, a profecia e a história:

- 1. 1º ao 8º Período (2800 a.C. a 1 d.C.):** Abrange desde a criação da escrita e de Adão, (Tempo Mítico), passando pelo Dilúvio, Abraão, a Escada de Jacó, a Lei de Moisés, a Dinastia de Davi, as profecias messiânicas, até a desolação de Antíoco.
- 2. 9º ao 16º Período (1 d.C. a 2800 d.C.):** Inicia com a vinda de Jesus e o *cristianismo petrino ou judaico*, passando pelo surgimento do Cristianismo Paulino, o Islã, o Grande Cisma, a

Queda de Constantinopla, a Revolução Francesa e a Reforma de Newton no século XXI, a Reconsagração do Santuário, terminando na consumação dos séculos prevista para o século XXVIII.

Em suma, a lógica do autor utiliza o número 350 como uma chave matemática para demonstrar que a história não é aleatória, mas uma epopeia guiada por ciclos divinos que visam preparar a humanidade para a reconsagração do santuário e o fim dos tempos.

A CONEXÃO ENTRE O ANO 2695 E A GENEALOGIA DE LUCAS

A conexão entre o ano 2695 e Lucas na obra baseia-se em uma interpretação matemática da genealogia de Jesus Cristo e na estruturação do que o autor chama de Tempo de Lucas.

Os principais pontos dessa conexão são:

1. O Cálculo das Gerações

O autor utiliza o Evangelho de Lucas como base para definir a cronologia bíblica. Segundo o autor, Lucas registra 77 gerações de Adão até Jesus. Para converter essas gerações em anos, o autor estabelece, com base em textos de Gênesis, que uma geração bíblica corresponde exatamente 35 anos.

A prova dos 35 anos: O autor cita que, de Arfaxade a Abraão, Lucas conta 10 gerações. Cruzando isso com Gênesis, ele observa que esse período corresponde aos 350 anos que Noé viveu após o dilúvio ($350 \div 10 = 35$).

O resultado: Multiplicando as 77 gerações pelos 35 anos, obtém-se exatamente 2695 anos.

2. O Tempo de Lucas (2695 a.C.)

O autor define o ano 2695 a.C. como o início do Tempo de Lucas. Este marco representa a data da criação de Adão e, logicamente para o autor, o surgimento da escrita e da própria Bíblia como revelação divina. Jesus Cristo seria o ponto central dessa cronologia, nascendo 2695 anos após Adão.

3. A Simetria e a Consumação dos Séculos (2695 d.C.)

A lógica do autor busca provar a arquitetura divina da Bíblia através da simetria. O número 2695 reaparece no futuro profético:

Ao somar os números do livro de Daniel (1290 e 1335 dias/anos) ao ano 70 d.C., destruição do Templo, o autor chega novamente ao ano 2695 d.C.

Essa data é apontada como o ano da consumação dos séculos.

Conclusão: Para o autor, a conexão entre o ano 2695 e Lucas é a prova matemática da existência de Deus e do messianismo de Jesus, pois o mesmo número que define o passado mítico, a partir da

genealogia de Lucas, define o futuro profético, através dos números de Daniel, criando um Tempo Bíblico total de aproximadamente 5600 anos.

O IMPÉRIO ROMANO É MESTRE EM INTRIGAS

Na obra, a história da Judeia e do Império Romano é apresentada através do que o autor define como **método histórico-lógico**. Esse método busca ir além dos relatos tradicionais, posicionando personagens e fatos em uma análise de contexto político, econômico e institucional para extrair conclusões sobre o controle estatal romano.

Abaixo, detalham-se as características histórico-lógicas presentes nessa obra:

1. Lógica da Causalidade Política e Econômica

O autor argumenta que a história da Judeia e do cristianismo foi moldada por necessidades pragmáticas do Império.

Ameaça da Solidariedade: Logicamente, o autor propõe que a elite romana, ao notar o crescimento de judeus solidários, cristãos, em 49 d.C., temeu um colapso econômico semelhante ao Século de Sangue da República Romana (133-30 a.C.), causado por tentativas de reforma agrária.

O Experimento de Agripina: A história é vista como um plano articulado para neutralizar o *cristianismo petrino ou judaico* através da criação de uma religião cívica, o Cristianismo Paulino, que transferisse a fonte da moral da Lei de Moisés para a autoridade do príncipe, o Imperador.

2. Análise de Estruturas Administrativas e Jurídicas

O autor utiliza o funcionamento das instituições romanas para validar sua tese.

Uso da Lei Existente: Explica-se logicamente que Nero não precisou de novos editos para perseguir os cristãos em 64 d.C.; ele simplesmente aplicou a Lei das 12 Tábuas, que previa a morte pelo fogo para incendiários criminosos, enquadrando-os no crime que o próprio Imperador teria provocado para testar a resistência pacífica dos cristãos.

O papel do Tabularium e do Senado: o autor sustenta que o projeto de edição da Bíblia e as cartas de Paulo foram arquivados no *Tabularium*, arquivo oficial romano, para serem administrados pelo Senado e pela Igreja de Roma ao longo dos séculos.

3. Historiografia de Intrigas: Mestre em Intrigas

Citando a profecia de Daniel de que o Império Romano seria um reino "mestre em intrigas", o autor interpreta os fatos históricos como manobras calculadas.

Fomento de Conflitos: A lógica aplicada sugere que Roma interveio em disputas internas judaicas, como na sucessão Hasmoneana, e na nomeação de procuradores corruptos como Gésio Floro,

propositalmente para incitar revoltas que justificassem a destruição da identidade nacional da Judeia.

Aprovação pelo Teste: A tolerância aos cristãos a partir de 66 d.C. é vista como uma conclusão lógica do governo romano após verificar que, sob extrema provocação, os cristãos não se uniram aos rebeldes zelotes e permaneceram pacíficos.

4. Simetria Cronológica

A obra propõe uma arquitetura lógica na História baseada em ciclos, o que o autor utiliza para provar a presciência divina.

Ciclos de 700 anos: O autor aponta simetrias, como o surgimento da nação de Israel em cerca de 1400 a.C. e a queda definitiva do Império Romano do Oriente em 1453 d.C., ou o intervalo entre perseguições cruéis, Nero em 64 d.C. e Décio em 249 d.C., separados por períodos de 64 anos no contexto da obra; ou seja: do ano 1 ao ano 64 d.C., temos a mesma distância em tempo de 249 a 313 d.C., ano do edito de tolerância assinado pelo imperador Galério.

5. Crítica à Historiografia Eclesiástica

O autor questiona a autenticidade de documentos como as cartas de Inácio de Antioquia e Policarpo, apontando inconsistências logísticas, como condenados que escrevem cartas extensas enquanto viajam sob custódia de feras militares, para sugerir que tais textos foram produzidos por um Comitê controlado pelo Senado para consolidar a ortodoxia paulina.

Conclusão do autor: O que é apontado como história apresenta características histórico-lógicas na medida em que busca explicações políticas e sistêmicas para a transição religiosa do Ocidente, tratando a História da Igreja oficial como uma peça teatral produzida para servir aos interesses de estabilidade do Império Romano.

A PERSEGUIÇÃO AOS CRISTÃOS

O autor trata as perseguições aos cristãos não apenas como eventos de intolerância religiosa, mas como ferramentas políticas e testes articulados pelo Império Romano para monitorar, controlar e, por fim, neutralizar o movimento cristão original, o *cristianismo petrino ou judaico*. De acordo com a obra, o autor propõe as seguintes perspectivas sobre as perseguições:

1. A Perseguição de Nero como Teste de Fidelidade à *Paz de Cristo* (64 d.C.)

O autor afirma que o incêndio de Roma foi provocado por Nero como parte do experimento de Agripina para testar se os cristãos eram realmente pacíficos, conforme ensinado no Evangelho de Jesus Cristo segundo Lucas.

Aplicação da Lei: Nero não precisou de novos decretos; ele aplicou a Lei das 12 Tábuas, que previa a morte pelo fogo para incendiários.

Resultado: Como os cristãos não se revoltaram nem se aliaram aos rebeldes judeus, zelotes, as autoridades romanas concluíram que o grupo era inofensivo à ordem pública, passando a tolerá-los de forma indiferente a partir de 66 d.C..

2. Distinção entre Elite e *Pagani* (O Povo Comum)

Uma tese central do livro é que a historiografia eclesiástica tradicional, como a de Eusébio de Cesareia, foca apenas na perseguição à elite romana, 5% da população, ignorando a massa de cristãos pobres, *pagani*, que representava 95%.

Tolerância Indiferente: O autor argumenta que os *pagani* petrinos eram propositadamente ignorados e não constavam nas estatísticas sobre religião porque eram pacíficos e não ocupavam cargos públicos.

Repressão na Elite: Já as conversões na elite eram duramente punidas com perda de cargos, propriedades ou execuções, pois o esvaziamento do culto aos deuses tradicionais pela classe governante era visto como uma ameaça à coesão do Império Romano.

3. A Perseguição de Décio (249-251 d.C.)

Esta é descrita como uma tentativa organizada de desacelerar o crescimento do cristianismo na elite, que já atingia cerca de 3% desse grupo social.

A exigência de sacrifícios aos deuses visava forçar os líderes cristãos a negarem sua fé, servindo como uma medida de controle político-religioso.

4. A Grande Perseguição e o Papel do Império (303-311 d.C.)

Iniciada sob Diocleciano e Galério, o autor a define como a etapa final para impor a ortodoxia paulina.

Destruição de Escritos: O objetivo não era apenas matar cristãos, mas apreender e incinerar os livros doutrinários originais, como a *Didaquê* e *O Pastor de Hermas*, para substituí-los pelas cartas de Paulo, que favoreciam a autoridade do Imperador; além de exigir sacrifícios aos deuses romanos, como forma de justificar as torturas e mortes dos líderes cristãos, uma vez que havia previsão legal para assim tratar quem não sacrificasse aos deuses.

O Fim da Perseguição: Galério encerrou a perseguição em 311 d.C. ao reconhecer que a força bruta não converteria os líderes petrinos à ortodoxia paulina, mudando a estratégia para a conversão do próprio Constantino.

5. Os 40 Anos de Repouso (260-303 d.C.)

O autor interpreta o período de paz entre Galiano e Diocleciano como uma estratégia de jejum e tentação, seguida da Grande Perseguição, que seria a traição. O Império deu liberdade à Igreja para que ela se institucionalizasse e se aproximasse da elite, permitindo que o Império Romano semeasse intrigas entre os líderes antes da traição final da Grande Perseguição.

Em resumo, as perseguições são tratadas na obra como manobras astutas do Império, o quarto animal de Daniel, para gerir o *cristianismo petrino ou judaico* que não podia ser exterminado, buscando moldar sua liderança e seus textos sagrados para servirem ao controle estatal.

CONCLUSÃO

A conclusão da obra sintetiza a tese de que o Cristianismo Paulino é uma construção intelectual e política do Império Romano, orquestrada para neutralizar o **cristianismo petrino ou judaico**, a mensagem original de Jesus e Moisés. Para harmonizar esse desfecho com o conteúdo total da fonte, o resumo estrutura-se nos seguintes pilares:

1. A Autoria Intelectual de Sêneca e a Lógica Estoica

A conclusão baseia-se na constatação de que a estrutura de argumentação e o formalismo lógico atribuídos a Paulo são, na verdade, idênticos à lógica estoica de Sêneca. O autor argumenta que as viagens missionárias descritas em Atos dos Apóstolos foram, na realidade, missões de inteligência de Sêneca entre 50 e 57 d.C. para mapear a seita cristã solidária e produzir as cartas que transformariam Paulo no senhor dos gentios a serviço de Roma.

2. Neutralização da Lei e do Evangelho

O objetivo central da edição bíblica, o experimento de Agripina, foi silenciar Moisés e Jesus Cristo.

Neutralização da Lei: Atribuiu-se aos Dez Mandamentos a fonte do pecado, substituindo a moral mística pela obediência ao príncipe que é o Imperador.

Desconexão Textual: A conclusão aponta que existem apenas sete referências cruzadas entre as 14 cartas de Paulo e os Evangelhos, reforçando que o sistema paulino é uma tese oposta ao **cristianismo petrino ou judaico** original.

3. A Identidade Profética das Bestas

A conclusão identifica os personagens do Apocalipse como os arquitetos dessa fraude religiosa:

O Dragão: Representa Agripina Augusta, a imperatriz regente que planejou a neutralização do movimento cristão solidário por medo de um colapso econômico.

A Besta que sai do Mar: Identifica o filósofo Sêneca, que retornou do exílio, na ilha de Córsega, no mar para coordenar a edição das cartas paulinas sob a lógica estoica.

A Besta que sai da Terra: Representa o imperador Nero, que assinou a obra com o número 666 e impôs a religião cívica através da força.

4. O Juízo e a Reforma no Século XXI

O texto encerra vinculando a história ao Vale da Decisão e às profecias de Daniel sobre o julgamento do Quarto Animal, que é o Império Romano. O autor afirma que a desolação moral causada pelo sistema paulino tem prazo de validade: o século XXI é apontado como o tempo em que o sacrilégio terrível será removido sem esforço humano, mas por revelação divina.

Em suma, a conclusão harmoniza a obra ao convocar o leitor a abandonar a tragédia legada por Sêneca para retornar à simplicidade do **cristianismo petrino ou judaico**, pautado na guarda dos Dez Mandamentos e na obediência estrita ao Evangelho de Jesus Cristo.

SOBRE O AUTOR

O autor, **Afonso Meneses**, possui formação em Matemática, Economia, Gestão de TI e especialização em Educação. Por haver sido curado de câncer, insuficiência cardíaca e cegueira por Deus, através da intervenção de anjos, sente-se no privilégio de convidar você a aplicar a regra áurea do aprendizado da matemática em sua vida cristã: **compreender, memorizar a regra e colocar em prática por todos os dias da sua vida.**

Leia os meus livros e assista aos meus vídeos diretamente no site oficial:  www.vidareta.com

NOSSOS CANAIS DE CONTEÚDO

- **Conteúdo Cristão e Teológico (YouTube):**  [@O_APOCALIPSE_DESVENDADO](https://www.youtube.com/@O_APOCALIPSE_DESVENDADO) — *Onde tratamos da Educação para a Paz.*
- **Conteúdo de Matemática Pedagógica (YouTube):**  [@oprofessorafonsoexplica](https://www.youtube.com/@oprofessorafonsoexplica) — *Apologia à educação e ao método "Como fazer contas sem precisar memorizar a tabuada" (Projeto Tabuada).*
- **Instagram Oficial:**  [@ocristianismodejesuscristo](https://www.instagram.com/ocristianismodejesuscristo)

CONTATO E PARCERIAS

Caso você conduza uma congregação cristã e deseje aplicar estritamente os ensinamentos originais do *cristianismo petrino ou judaico*, ou queira entrar em contato para palestras e debates, sinta-se à vontade para nos contatar:

- **E-mail:** vidareta@live.com
- **WhatsApp:**  [\(61\) 99830-0830](https://wa.me/61998300830)

Este resumo foi realizado com o auxílio de IA. GOOGLE. Gemini (Versão 1.5 Pro).

Disponível em: <https://gemini.google.com>. Acesso em: 26 jun. 2026.